

# MULHERES EM ACTIVIDADES GERADORAS DE RENDIMENTOS – EXPERIÊNCIAS DE MOÇAMBIQUE<sup>1</sup>



Isabel Maria Casimiro, PhD Sociologia  
Docente e investigadora do Centro de Estudos  
Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo,  
Moçambique

[isabelmaria.casimiro@gmail.com](mailto:isabelmaria.casimiro@gmail.com)

## Introdução

Nos últimos anos várias pesquisas e estudos em Moçambique têm-se debruçado sobre a participação de mulheres em actividades geradoras de rendimento muitas das vezes através da sua organização em associações de diversos tipos. Apesar das características diferentes que esta participação possa assumir na actualidade, importa sublinhar que as mulheres, desde os tempos mais remotos, se têm envolvido em variadas actividades económicas algumas até fora das suas áreas residenciais e de trabalho, através do comércio a média e longa distância. Contudo estava-se e ainda se está perante uma presença ausência uma vez que as suas actividades eram e ainda são muitas das vezes desvalorizadas e interpretadas como um alargamento do trabalho doméstico sem qualquer visibilidade, reconhecimento ou apoio social e legal.

Na actualidade a participação das mulheres em actividades geradoras de rendimento constitui em grande medida uma resposta aos programas de reajustamento estrutural em vigor desde finais dos anos 80, à pressão económica, à perda de empregos assalariados onde estes existissem, à carestia de vida, ao dismantelamento das políticas sociais, especialmente nos sectores da educação e saúde, à falta de empregos e ao facto dos rendimentos agrícolas por si só não permitirem a manutenção e reprodução social das famílias.

Este artigo traz algumas experiências de mulheres envolvidas em actividades associativas e geradoras de rendimento em Moçambique, e tem como base uma pesquisa realizada em 2009 pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, com o apoio do Ministério da Mulher e Acção Social e do CeCAGe<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Uma versão deste artigo foi apresentada no XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro, realizado em Salvador da Bahia, 07-10 Agosto de 2011. O artigo será incluído no próximo número da revista *Estudos Moçambicanos* do Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

<sup>2</sup> Centro de Coordenação dos Assuntos de Género da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

subordinada ao tema “Empoderamento Económico da Mulher: Estudo de Caso nas províncias de Sofala e Zambézia”<sup>3</sup>.

A pesquisa tinha como objectivo verificar o empoderamento das mulheres na economia das províncias de Sofala (distritos de Búzi e Chemba) e da Zambézia (distritos de Namacurra e Gurué) através do controlo de algumas iniciativas económicas endógenas e exógenas, analisando o tipo de acesso que as mulheres têm tido aos fundos económicos ou iniciativas similares – especialmente o Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OILL), iniciado pelo Governo em 2006 - a utilização destes fundos e o impacto nas suas vidas, das famílias e comunidades, questionando como as mulheres desafiam as normas culturais existentes através da sua participação em processos de tomada de decisão que garantam um maior controlo sobre as suas vidas.

### **A pertinência da pesquisa**

A partir dos anos 90 do séc. XX tem-se verificado uma crescente deterioração das condições sócio-económicas de vida, o que tem levado mulheres e homens, não apenas nos países do chamado Terceiro Mundo, a procurar alternativas para a geração de rendimentos que permitam cobrir as suas necessidades básicas, através de actividades micro-empresariais de variada natureza e características.

Paralelamente a este processo têm surgido diversas entidades e organismos nacionais e internacionais que desenvolvem programas de investigação e de apoio através de vários serviços virados para este sector crescente e, gradualmente, mais preocupados com as questões de género devido ao grande número de mulheres e homens que trabalham como microempresárias/os.

Muitas mulheres desenvolvem actividades económicas a nível de subsistência como auto-empregadas utilizando para tal a tecnologia e o ambiente doméstico, permitindo-lhes cumprir com as suas actividades produtivas e reprodutivas. Contudo, essa situação acaba por limitar o seu crescimento pessoal e a abertura de outras possibilidades. Em circunstâncias diferentes as mulheres desenvolvem actividades de tipo micro-empresarial, ainda que as barreiras sócio-culturais se mantenham, devido às responsabilidades de gestão familiar e doméstica (educação e saúde dos filhos e de outros familiares, confecção da comida, busca de água e lenha, apoio aos mais idosos e nas tarefas da comunidade), o que origina que o tempo disponível para administrar qualquer actividade geradora de rendimento seja sempre menor que a do homem. Apesar da multiplicidade e simultaneidade de tarefas e exiguidade de tempo, decorrentes da divisão de trabalho na sociedade, as mulheres têm conseguido fazer frente às adversidades sócio-económicas e culturais, levando sustento e melhor qualidade de vida para si e suas famílias recorrendo a diversas estratégias que lhes permitem gerar rendimentos através de actividades produtivas.

---

<sup>3</sup> Em 2010 foi editado o livro com o resultado desta pesquisa intitulado *Empoderamento económico da mulher, movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local.*, Kapicua, Maputo.

## **Balço teórico e perspectivas analíticas**

O processo de globalização e de reestruturação económica, que o mundo viu acelerar-se a partir da década de 70 e que se instalou depois de meados dos anos 80 e na década de 90 através dos modelos neo-liberais, tem produzido impactos desiguais à escala local e individual e com consequências diferenciadas para mulheres e homens. Apesar das inovações ao nível dos processos de trabalho, das tecnologias de comunicação e informação e das condições que se têm criado para reduzir a dureza do trabalho, os processos económicos globais têm incentivado a proletarização ou semi-proletarização e a crescente desigualdade à escala mundial, o desemprego, o aumento da migração internacional, a feminização da força laboral, a formação e recomposição das classes sociais a nível nacional e internacional, e a crescente importância das redes globais. A reestruturação económica desencadeou o aumento da quantidade total de trabalho realizado, o aparecimento de novas divisões de trabalho bem como uma distribuição mais desequilibrada de todas as formas de trabalho ao nível dos agregados familiares. E as divisões de trabalho dentro e entre as famílias mudaram do mesmo modo que as divisões de trabalho a nível internacional (Santos 2001, Santos 1995, Martínez, Moya e Muñoz 1995: 79, 96).

Os membros dos agregados familiares desenvolvem estratégias de sobrevivência diversificadas que podem incluir o envolvimento no mercado de trabalho, temporário ou não, poupanças, empréstimos e investimento, actividades produtivas e reprodutivas, estratégias combinadas de rendimento, trabalho e de recursos. As mulheres dinamizam a criação e participação em redes sociais, associações ou redes económicas com base na reciprocidade, para mais facilmente aceder a recursos sobretudo financeiros que permitam a manutenção dos seus agregados familiares, mas também, efectuem investimentos de vária ordem que de outro modo não conseguiriam devido aos seus fracos rendimentos e quase nenhuma poupança (Kabeer 2003).

Em Moçambique, as políticas neo-liberais introduzidas através do Programa de Reabilitação Económica (PRE) em meados dos anos 80 e, mais recentemente, do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2001-2005 (PARPA I) e PARPA II 2006-2009<sup>4</sup> originaram alterações nas condições sócio-económicas dos cidadãos, nas suas práticas quotidianas, bem como nos sistemas de valores e representações. Estas alterações têm conduzido, no geral, à pluriactividade dos membros das unidades familiares mas com impactos diferenciados para mulheres e homens e de acordo com a sua posição económica, estatuto, idade (Loforte 2000: 137-138).

Estas alterações têm também conduzido ao crescimento do sector não estruturado da economia, ou seja da economia informal, que constitui a principal variável de ajuste do

---

<sup>4</sup> Organizações da sociedade civil participaram em debates sobre a proposta do governo para o PARPA II, 2006-2009 e entre 2010-2011 no PARP III – Programa de Acção para a Redução da Pobreza.

mercado laboral sobretudo nos países do Terceiro Mundo. O aumento do desemprego e do trabalho informal tem sido acompanhado de fortes descidas dos rendimentos laborais e de uma rápida precariedade do emprego; aumentou o trabalho temporário e de tempo parcial e, ao mesmo tempo, baixou a qualidade do mesmo. Se é verdade que a presença das mulheres no pequeno comércio ou comércio a média e longa distância possa recuar, por vezes, até à época pré-colonial em muitos países Africanos é, na actualidade, uma resposta à pressão económica, à perda de empregos assalariados onde estes existissem, à carestia de vida, ao desmantelamento das políticas sociais, especialmente nos sectores da educação e saúde, à falta de empregos e ao facto dos rendimentos agrícolas por si só não permitirem a manutenção e reprodução social das famílias. Há mulheres a realizarem, por questões de pobreza e de sobrevivência familiar, uma multiplicidade de tarefas, as quais constituem um alargamento do trabalho doméstico, sem qualquer visibilidade, reconhecimento ou apoio legal.

A noção de economia informal tem sido utilizada para cobrir uma enorme variedade de actividades geradoras de rendimento caracterizadas por remunerações ou rendimentos baixos, actividades incertas, irregulares e descontínuas, condições de trabalho estas bastante adversas e desfavoráveis. São actividades que contam com maior proporção de mulheres que homens, realizando a maior parte das vezes actividades/funções diferentes. Pelo peso que vem assumindo nas últimas décadas, a economia informal, longe de poder ser considerada marginal, residual ou em declínio, constituiu uma parte vital no conjunto da actividade económica desenvolvida pelos vários membros dos agregados familiares (Sen e Grown 1988: 36-38, Loforte 2000: 240-251).

A economia informal é o lugar onde se têm estruturado as novas actividades produtivas, onde se geram novas relações sociais com um maior participação nas decisões a nível doméstico, de solidariedade e de novas legitimidades (Loforte 2000: 251). Ao realizar actividades fora do agregado familiar, as mulheres podem ir adquirindo margens de autonomia que lhes permitam dar sentido às suas condutas e às relações sociais em que se inserem. A sua incorporação no mercado de trabalho, estruturado ou não, permite estabelecer uma nova relação com o social, oferecendo-lhes uma base para a sua valorização individual e social, a possibilidade de maior protagonismo nas instâncias de tomada de decisão o que não acontece, a maior parte das vezes, com o trabalho doméstico (Abreu 1995: 89, WLSA Moç. 1998).

A adesão das mulheres a novas formas de cooperação extra-agregado familiar *empodera-as* por comparação a outros membros do agregado familiar. Muitas mulheres nestes grupos são viúvas, abandonadas, divorciadas ou separadas mas a pesquisa em vários países do mundo revela que as casadas também têm a possibilidade de agir com uma independência considerável dos seus maridos, mantendo orçamentos separados e por vezes até poupanças (Kabeer 2003: 120-121). Esta situação foi constatada através da experiência das mulheres com o Projecto de Fomento de Cabrito, na Aldeia de

Mirrepe<sup>5</sup>, mais tarde transformado em projecto de Pulverização dos Cajueiros, em Mirrepe. “*Um das mulheres da Associação são mães solteiras, outras os seus maridos não têm ocupação e [a Associação] é uma fonte de rendimentos*”. São as associadas que gerem e controlam os fundos e referem não ter tido problemas com os maridos (Casimiro 2008).

As actividades geradoras de rendimento, através de redes sociais fora do agregado familiar, conferem às mulheres melhor possibilidade de negociação, maior grau de autonomia e de poder político, ainda que as relações desiguais de poder, o seu acesso desigual aos recursos e ao crédito, sejam motivos de desavença com os membros masculinos dos agregados familiares (Osório e Mejia 2006, Casimiro, Bonate e Mungói 2007). A participação das mulheres em associações por si organizadas permite-lhes adquirir não apenas recursos materiais – terra, trabalho e capital – mas também recursos políticos ou sociais acedendo aos mecanismos que lhes assegurem a continuidade do acesso aos recursos. A estima e influência das mulheres numa comunidade está intimamente relacionada com a sua adesão a associações extra-domésticas, mais ‘activas’, com origem e propósitos económicos, através de ligações horizontais e não verticais entre os seus membros (apesar de existirem associações ‘defensivas’ baseadas na exclusão das mulheres das redes masculinas). Tal é o caso, por exemplo, das associações de crédito rotativo, tipo *xitique*<sup>6</sup>, ou de diversos tipos de trabalho que promovem, e não apenas protegem, a sua posição ao nível do agregado familiar e da comunidade (Kabeer 2003: 121-122).

As investigações que têm sido realizadas em África, a partir dos anos 70 do século XX, têm revelado que não é possível continuar a falar de instituições neutras quanto às relações sociais entre mulheres e homens, uma vez que a sua participação na vida económica, política, social, religiosa é diversa e tem mudado ao longo do tempo e do espaço. O estudo dos modelos de participação e dos diversos interesses e estratégias de mulheres e homens, a distribuição de direitos e responsabilidades e as suas implicações nas relações com os que os rodeiam e com a sociedade como um todo, tem obrigado a novas conceptualizações que consideram as relações de género como uma categoria fundamental para a análise da sociedade e dos processos de acesso e de participação na tomada de decisão. A capacidade que as mulheres têm para tomar decisões – participar em órgãos de poder a nível local, participar num projecto gerador de rendimentos, por exemplo – depende do tipo de ajuda de que dispõem, por parte da família alargada ou de amigas, se está casada ou não, do tipo de casamento, do ciclo da sua vida, do seu estatuto e posição social, da vida em meio urbano ou rural, da crença religiosa professada pelo grupo familiar, da sua educação, das suas vivências e das experiências históricas da sua região (Casimiro 1999: 1-2).

---

<sup>5</sup> Distrito de Angoche na província de Nampula. Pesquisa para a realização do doutoramento em Sociologia, 2003.

<sup>6</sup> Designação em língua changane que se refere a uma prática endógena de poupança envolvendo sobretudo mulheres.

As mulheres podem considerar estratégico evitar situações potencialmente conflituosas com os homens, por reconhecerem que as regras do jogo estão contra elas e pelo facto dos custos da confrontação serem demasiado elevados. A sua segurança, a longo prazo, pode pois depender da sujeição do seu bem-estar pessoal da figura da autoridade masculina, o que representa uma estratégia consciente ou também uma avaliação do seu valor, em tanto que mulheres (Kabeer 2003: 227). Por estas razões, a sua participação nos processos de tomada de decisão, o seu activismo político, pode assumir características que escapam às definições convencionais porque são, a maior parte das vezes, silenciosas e invisíveis, e relacionadas com o agregado familiar, com as estratégias de sobrevivência que desenvolvem para melhorar as condições de vida da família. Esta tensão entre liberdade e necessidade, entre o grupo, a comunidade e o indivíduo obrigam a uma aprendizagem de como e quando considerar os outros interesses, como e com quem negociar, quando e com quem estabelecer alianças mas, ao mesmo tempo, constitui um terreno privilegiado para exercitar práticas democráticas (Henriquez s/d).

As experiências variadas de associativismo revelam o surgimento de uma consciência sobre o papel das mulheres como produtoras de riqueza e maior visibilidade, num processo dinâmico de mudanças complexas e geradoras de conflitos e de novas situações também causadoras de tensões a que é necessário fazer face (Osório e Mejia 2006: 89, 92). Uma mulher entrevistada em Angoche dizia que a situação económica ‘empurra’ as mulheres para o trabalho fora de casa, o que era impensável antes, permitindo-lhes adquirir, gerir e controlar os bens necessários à sua sobrevivência, considerando-a positiva, mas resultando igualmente em maiores dificuldades nomeadamente para contraírem casamento (Casimiro 2008).

Ana Loforte na sua pesquisa sobre as relações de género e poder entre os Tsonga de Moçambique adianta que, num contexto de crise económica no País, de fraca capacidade de intervenção por parte do Estado e devido à exclusão no acesso aos serviços e aos sistemas de protecção social e institucional, os cidadãos desenvolvem alternativas variadas de sobrevivência.

*“Gerando laços sociais através destas redes, criam-se associações informais de carácter económico e social onde os seus membros se arrogam ao direito de exercer as suas funções com procedimentos próprios, negociando e defendendo os seus interesses. Para as mulheres, algumas destas associações permitem o acesso a recursos básicos como a posse da terra, de insumos agrícolas, de instrumentos de produção e créditos; elas estão ainda presentes em organizações partidárias e religiosas, mediando conflitos, aconselhando e confortando os necessitados. A importância não só numérica, mas também em termos de liderança nestas associações, faz com que a sua posição nas redes de poder no interior da comunidade seja transformadora: ela pressupõe novos saberes, novas informações. (...) O seu envolvimento rompe ainda com a sua condição de invisibilidade pública” (Loforte 2000: 250).*

## Desafios da pesquisa e escolhas metodológicas

Com a pesquisa “Empoderamento Económico da Mulher: Estudo de Caso nas províncias de Sofala e Zambézia” desejava-se saber o que está a acontecer no quotidiano das mulheres, que iniciativas locais associativas e de geração de rendimentos estão a ser levadas a cabo, as mudanças e o seu impacto nas suas vidas e da sociedade em geral. Falamos concretamente nos direitos de mulheres e homens, nas mudanças nas relações de género e nas estratégias desenvolvidas pelos vários grupos sociais para tirar benefícios das mudanças, e detectar até que ponto provocaram situações de maior discriminação para as mulheres e/ou novas oportunidades. Pretendeu-se apreender a pluralidade das mudanças e não apenas uma mudança em função duma escolha conceptual, com o fim de revelar as múltiplas relações internas e as dependências exteriores (Morin, 1998).

Definiu-se como grupo alvo da pesquisa, mulheres solteiras, casadas, separadas, divorciadas, abandonadas, viúvas, e em famílias poligâmicas; mulheres em associações de carácter endógeno e exógeno; mulheres que têm acesso ao Orçamento de Investimento de Iniciativa Local, OIIL, Micro-Crédito ou poupanças próprias (*xitique*, grupos de ajuda mútua). As variáveis tiveram em conta a pertença de mulheres a famílias com características diferentes; o movimento associativo das mulheres - associações de pequenas produtoras agrícolas, de vendedoras do mercado, artesãs, pescadoras/apanhadoras de marisco, micro-empresas das mais diversas finalidades do sector formal e informal - a poupança com base em *xitique*, grupos de ajuda mútua ou crédito externo. Também se entrevistaram mulheres e homens que não tiveram acesso a fundos externos mas que conseguiram organizar actividades geradoras de rendimento, devido à sua pertença a grupos de ajuda mútua ou de tipo associativo durante um período de tempo longo.

A pesquisa adoptou uma metodologia participativa, construída ao longo dos seus vários momentos que englobou, em 2009: a elaboração do Projecto de Pesquisa e a sua discussão no Comité Técnico-Científico<sup>7</sup>; trabalho de campo nas províncias e distritos; análise dos dados pelo grupo da pesquisa; apresentação dos resultados preliminares no Comité Técnico-Científico; regresso ao local da pesquisa com a apresentação e discussão dos resultados preliminares na Beira e em Quelimane; e elaboração do relatório final. Durante o ano de 2010 a equipa apresentou e debateu os resultados da pesquisa em seminários organizados pelo Centro de Estudos Africanos, e um outro pelo CeCAGE, sobre Género e Desenvolvimento Local, e no Conselho Técnico e no Conselho Coordenador do Ministério da Mulher e Acção Social.

---

<sup>7</sup> O Comité Técnico Científico era constituído pelo Ministério da Mulher e Acção Social, Cooperação Italiana, Fórum Mulher – Coordenação para Mulher no Desenvolvimento onde o Centro de Estudos Africanos era então Presidente do Conselho de Direcção, WLSA Moçambique (Women and Law in Southern Africa Research Project), Centro de Coordenação dos Assuntos de Género (CeCAGE), da UEM, que teve a seu cargo a organização administrativa das duas assistentes de pesquisa, Augusta Maíta e Josina Nhandumbo.

A metodologia incluiu a discussão do quadro teórico, analítico e metodológico da pesquisa, a revisão bibliográfica e o conteúdo das entrevistas semi-estruturadas a mulheres e homens, com o propósito de aferir aspectos relacionados com a tipologia, participantes e actores, mulheres e homens, que se organizaram em associações e/ou receberam algum fundo de desenvolvimento local, grau de satisfação dos participantes, formas de gestão, actividades desenvolvidas e redes estabelecidas, bem como a auto-sustentabilidade.

Através da revisão bibliográfica procedeu-se ao levantamento da literatura existente sobre o Orçamento de Investimento de Iniciativa Local, OIIL, o Fundo de Desenvolvimento Económico Local, DEL; o Fundo de Apoio à Reabilitação da Economia, FARE, quer através de relatórios, quer da leitura de jornais, em Maputo e nas províncias em estudo<sup>8</sup>.

### **Poder e Empoderamento**

A questão do poder e do *empoderamento* é um aspecto importante na nossa perspectiva teórica e analítica. Uma das temáticas centrais da literatura feminista do século XX tem sido a de estudar não apenas as relações de poder existentes mas também as formas alternativas de perceber e usar o poder, um poder solidário, especialmente no caso das mulheres, a maior parte das vezes invisível, quando analisado através de métodos convencionais. Como algumas feministas têm assinalado, sob a capa protectora da “objectividade”, a ciência dominante acabou por considerar “não científicas”, “subjectivas”, inferiores, as preocupações solidárias porque demasiado femininas, assim excluindo também o conhecimento solidário – entendido como as relações inter-pessoais, o cuidado, a atenção pelas pessoas, o bem-estar de pessoas concretas – que foi sendo utilizado e reproduzido pelas mulheres e também por grupos excluídos da sociedade. Esta questão está relacionada com a dicotomia entre o público e o privado e a diferente valorização do que se considera ser a identidade feminina e a masculina, o ser e o fazer de mulheres e homens. Esta adjudicação de espaços funciona como uma infraestrutura material e simbólica na qual se constituíram o sistema económico e o sócio-cultural e continua a reproduzir-se mesmo quando as mulheres ampliam a sua área de acção e as suas actividades sociais (Alvarez 2000).

Parte-se dum conceito de poder em termos de habilidade para poder fazer escolhas<sup>9</sup> estratégicas que conduzam a um processo de mudança ao nível individual e de grupos, ao nível das normas das instituições e dos recursos e ao nível das relações estruturais de género, classe, etc. O poder no sentido de processo de *empoderamento* significativo e

---

<sup>8</sup> A revisão bibliográfica esteve a cargo de Amélia Neves de Souto, investigadora do Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.

<sup>9</sup> Naila Kabeer chama a atenção para o facto de que a escolha tem conotações neo-liberais fortes, mas uma outra noção de escolha está também implícita na distinção Marxista entre a “esfera da necessidade” e a “esfera da liberdade”. A escolha a que aqui se faz referência afasta-se da visão individualista e articula-se com o processo de *empoderamento* que implica mudanças ao nível individual e do modelo cultural vigente (Kabeer 2001, Léon 2001, Hooks 1989).



sustentável, não pode ser analisado apenas ao nível individual mas também ao nível estrutural; não apenas em termos formais – por exemplo a igualdade de direitos assegurada pela Constituição – mas também nas regras e relações que prevalecem nas esferas pessoais, sociais, económicas e políticas da vida, nas estruturas mais profundas e escondidas, que conformam a distribuição de recursos e poder e que o reproduzem, ao longo do tempo, traduzindo-se em impactos significativos na gama de possibilidades viáveis para todos os indivíduos numa determinada sociedade (Kabeer 2001).

O poder de escolher, de ter autonomia, equaciona a possibilidade ou não que as mulheres têm de tomada de decisões, enquanto mulheres, com direitos e deveres, na família, na comunidade, ou sociedade. Define, por isso, um caminho próprio, e não imposto, que reconheça e respeite os direitos das mulheres no seu processo de procura de melhores condições de vida para si, para as suas famílias ou comunidades. A capacidade para definir o seu próprio caminho, tomar as suas próprias decisões, reconhecendo e respeitando os direitos dos outros, num processo de procura de melhores condições de vida para as mulheres, para os homens, as famílias e as comunidades, refere-se a e dinamiza toda uma série de processos, como por exemplo, de individualização, identidade e *empoderamento* (*empowerment*), ou seja, processos de tensão entre liberdade e responsabilidade, entre o grupo, a comunidade, a família e o indivíduo (Casimiro 1999: 5-6).

Ao abordar a questão do desenvolvimento, a Zambiana Sara Longwe propõe uma reconceptualização do conceito, o qual deverá ser pensado em termos de participação nas decisões que afectam o acesso e controlo das pessoas sobre os recursos, e não apenas no que respeita ao acesso aos recursos, à formação, educação ou poder (Longwe 1990). Todavia, o processo de participação na tomada de decisões é moroso, implica negociação e conflito, relações de poder entre os vários actores em presença. Este processo está relacionado com as experiências de participação ao nível dos agregados familiares e comunidades, dos seus diferentes membros, mulheres, homens, jovens, e depende da economia política de cada região e dos momentos históricos. Neste sentido, fala-se de comparticipação no poder e não apenas de acesso a bens de valor, num processo que respeite e promova a habilidade das mulheres definirem as suas próprias prioridades e de fazer as suas próprias escolhas (Kabeer 2003, 2001).

### **Experiências de mulheres no movimento associativo e em actividades geradoras de rendimentos**

*“A associação é uma tradução em atos do princípio da solidariedade que se expressa pela referência a um bem comum, valorizando pertenças herdadas, no caso da solidariedade tradicional, ou pertenças construídas, no caso da solidariedade moderna filantrópica ou democrática. A criação associativa é impulsionada pelo sentimento de que a defesa de um bem comum supõe a ação coletiva. Em sentido genérico, incluindo tanto as formas jurídicas associativas, como as cooperativas e mutualistas, a associação pode ser abordada sociologicamente como um espaço que opera a passagem, graças a um encontro inter-pessoal, entre redes de socialidades primária e secundária, entre esferas privada e pública (Laville,*

2004: 63). *As relações diretas personalizadas ultrapassam o contrato entre pessoas, para englobá-lo na busca de fins comuns*” (Chanial e Laville, 2009:21).

As associações, sendo uma emergência social, de acordo com contextos espaciais e temporais específicos, devem assentar na vontade dos indivíduos, devendo promover a integração social, aprendizagem permanente, formação, interiorização da prática de partilha e solidariedade. Para muitas pessoas a associação constitui a única forma de aceder a recursos, bens, fundos e também de acção social (Instituto Ecológica 2007).

Importa distinguir entre associações de carácter endógeno (*pertenças herdadas no caso da solidariedade tradicional?*) e exógeno (*pertenças construídas, no caso da solidariedade moderna filantrópica ou democrática?*) tendo como ponto de partida investigações que têm sido realizadas em Moçambique e noutras partes do mundo. Endógeno implica “ampliação a partir de dentro”. A associação endógena parte da iniciativa e das necessidades sentidas pelos seus membros, dos valores e práticas locais, para uma melhoria da qualidade de vida em todos os sentidos, materiais, sócio-culturais e até espirituais. Desenvolvimento endógeno “*é um crescimento que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor e qualidade de vida e/ou na capacidade de retenção de valor gerado na economia local, resultando da ampliação do emprego, do produto e da renda, baseado em recursos, estratégias e iniciativas próprias*”. Os factores propulsores são a endogeneização das poupanças e a acumulação de conhecimento, inovações, competências tecnológicas, com aumento da produtividade dos factores (Jaiantilal 2009).

As associações são muitas vezes uma resposta à extrema pobreza e vulnerabilidade, sendo possível detectar a sua génese nos grupos culturais, de ajuda mútua e religiosos, onde se encontram os elementos de identidade e coesão (Sogge 1994, e Negrão 2003).

*... avançaram com algumas tentativas de sistematizar as percepções sobre associativismo onde o “modus operandis” de forma sincrónica é uma variável determinante. Para estes autores no período colonial e pós-colonial o movimento associativo de carácter voluntário estava confinado ao poder que o Estado concedia e estruturava quando por exemplo controlava associações laborais, religiosas e a ao mesmo tempo as criava como foi o caso das associações democráticas de massas numa fase mais avançada (...) Há imperativos históricos de políticas económicas coloniais e pós coloniais que condicionam o desenvolvimento do tecido institucional com vista a dar resposta a iniciativas empreendedoras. Se por um lado o tecido institucional tradicional baseado no poder das chefaturas locais e relações resultantes da respectiva estrutura social pode ser um entrave ao desenvolvimento de relações horizontais nas associações, paradoxalmente este poder tradicional constitui a base das redes sociais sobre a qual a associação funciona como expressão da solidariedade entre os membros (Cruzeiro do Sul, 1999: 14-24. 34).*

Muitos dos projectos de desenvolvimento em Moçambique, com o objectivo de reforçar as capacidades das associações e as iniciativas empreendedoras à escala local, são concebidos e implementados sem consulta e debate com as comunidades, convertendo-as em receptoras passivas, dificultando a prática de novas dinâmicas para o desenvolvimento local e conseqüentemente para o empoderamento dos seus membros

(Negrão 2003). São estas associações, concebidas de fora e não a partir da iniciativa e da vontade dos membros que designamos por exógenas.

Já em 1995 se faz referência às práticas de ajuda mútua. De acordo com um estudo realizado no âmbito duma pesquisa sobre “Desenvolvimento e Comunidade”, no Distrito Urbano nº 5 da cidade de Maputo,

*A ajuda mútua, como forma específica de acção social, remete-nos para a observação das linhas de acção que os agentes sociais constroem sem cessar na prática, e que são objectivamente orientados. Esses mesmos agentes sociais estão inseridos em estruturas historicamente formadas. No caso de Moçambique estão por estudar as condições e os processos de formação dessas mesmas estruturas. Contudo é possível discernir práticas de ajuda mútua inscritas em estruturas sociais complexas, marcadas por ambientes de confiança e risco em que o tradicional e o moderno se interinfluenciam. ... Contudo, todos estes processos estão profundamente marcados pela globalização e atravessados, por isso mesmo, por influências que advêm da intensificação das relações sociais de escala mundial (Reis e Temba 1995: 2 e 9).*

De acordo ainda com este estudo,

*“As práticas sociais de ajuda mútua remontam aos primórdios da (s) sociedade (s) humana (s). Talvez por isso, tendam a apresentar uma certa familiaridade, aparecendo a um observador mais desatento como algo de natural, e não como um fenómeno sujeito a variações trans-históricas. (...) No campo das explicações, os posicionamentos são vários (...) a ajuda mútua pode ser apreendida, como modalidade de acção social, e como tal inserida em estratégias de solidariedade, em contextos de reprodução social.” (Reis e Temba 1995: 1).*

As práticas de ajuda mútua mais comuns que se podem encontrar no Sul de Moçambique são: *Xitique, Tsima, Kuthekela, Mukhosi wa mina.*

**Xitique** é uma palavra Tsonga que significa poupança. De acordo com Teresa Cruz e Silva (Silva, 2003), uma das formas mais comuns para a realização de poupanças nos mercados informais. Baseado em formas muito simples, o processo inicia-se normalmente a partir de um grupo de amigos que se juntam, fixam o montante da contribuição de cada membro e a periodicidade dos encontros para prestação de contas e distribuição rotativa da poupança, por cada um deles. A forma de pagamento não tem que ser necessariamente monetária, havendo casos em que essa contribuição se traduz em bens materiais. Os fundos circulam entre os seus membros e a sua colecta e distribuição funcionam, regra geral, na base da confiança e empatia, ao mesmo tempo que obriga cada membro do grupo a fazer a poupança de um montante predeterminado e dentro da periodicidade previamente definida para o pagamento da sua quota. A distribuição da poupança entre os membros do grupo é feita periódica e rotativamente.

*O xitique é um exemplo de fenómeno social total pois a sua função não é unicamente para a aquisição de recursos financeiros, mas em simultâneo nele desenvolvem-se teias de relações entre os seus membros com vista a garantir a coesão do grupo doméstico e o acesso e controlo de recursos (Reis e Temba 1995: 5).*

O que se tem verificado é que estas práticas sociais de ajuda mútua se mantêm no presente, estão na base de algumas associações mais formais que se têm criado – caso das Associações de Poupança e Crédito Rotativo, PCR - e, no caso do *xitique*, têm sido fundamentais para as mulheres pouparem dinheiro para adquirir bens para a família ou para investirem em actividades geradoras de rendimento. Mulheres há que acedem a micro-crédito de instituições formais mas a sua capacidade de devolução está dependente de poupanças com base no *xitique* (Trindade, 2007).

Está-se perante iniciativas locais e saberes populares, parte das estratégias de sobrevivência económica e que se constituem como alternativas para fazer face à exclusão social, assumindo por vezes características extra-económicas que envolvem a preservação da dignidade humana, mesmo em condições de extrema pobreza (Trindade, 2007:16-17), que se desenvolvem por todo o país, embora com designações diferentes, mas geralmente com características, objectivos e mesma forma de funcionamento semelhantes (Dava et al, 1996-1997: 321-322).

Para além do *xitique*, as práticas mais conhecidas em Moçambique são:

- *Kurhimela/Xitoco, Tsim/Ntimo*: actividades relacionadas com o trabalho agrícola, baseadas na amizade e convivência comunitária;
- *Matsoni/Xivunga*: práticas tradicionais que se baseiam na troca de mão-de-obra por mão-de-obra;
- *Thôthôtho, Kuthekela, Ganho-ganho*: troca de mão-de-obra por alimentos ou dinheiro;
- *Kuvekhelissa e Ovaliha*: troca de mão-de-obra pela acumulação de gado; (Ibid.)

São práticas que variam em termos de objectivos, durabilidade e estabilidade, com designações distintas mas que apresentam muitas semelhanças. São experiências comunitárias de ajuda mútua endógenas que continuam a existir, nas zonas rurais e urbanas, com maior incidência na região sul (Ibid.).

Apesar de se tratar duma prática de ajuda mútua endógena verificaram-se algumas situações em que as pessoas não têm confiança para realizar *xitique*. No Gurué as mulheres do Grupo Cangala, que vendem uma bebida tradicional referiram que, *Aqui são poucos os que fazem xitique. Há desconfiança para a devolução do dinheiro* (Entrevista realizada no Mercado, 31/07/09). O mesmo foi também referido por uma entrevistada em Chemba, província de Sofala, no âmbito da mesma investigação.

*Já falei aqui do crédito rotativo. Eu quando estava na Beira, vendia no mercado e fazia xitique. Fazíamos 3 xitiques: diário, à tardinha, alguém recebia 10MT e comprava produto. Semanal de 50MT, para despesas da casa. Mensal, de 100MT, para depositar. Na Saúde em Chemba, fazemos xitique.*<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> D. Belita, Chemba, Sofala, 22 de Julho de 2009.

Estas associações de carácter endógeno foram-se desenvolvendo e organizando para melhor servir os seus membros e responder aos problemas e vicissitudes do quotidiano. As Associações de Poupança e Crédito Rotativo ou ROSCAS e as ASCAS, que têm como base as poupanças dos seus membros constituem práticas associativas de ajuda mútua, normalmente geridas por mulheres, que poupam pequenas quantias, podendo beneficiar de empréstimos dos valores comuns numa base circulatória.<sup>11</sup>

As ROSCAS (*Rotating Savings and Credit Associations*), conhecidas como Associações de Poupança e Crédito Rotativo (PCR) são constituídas por um grupo de indivíduos que fazem contribuições regulares para um fundo comum, que é então emprestado na sua totalidade a um dos membros em cada ciclo dando a esse membro a possibilidade de aceder a uma grande quantidade de capital que doutro modo não seria possível. Existem em várias partes do mundo tendo designações diferentes, como por exemplo *Tontines*, na África Ocidental, *Xitique* em Moçambique.

Aquando do trabalho de campo realizado no distrito de Angoche, província de Nampula, em 2003 para o doutoramento, entrevistei uma senhora, chefe de família, com 33 anos, professando a religião católica, que pertencia a uma associação de PCR, na aldeia de Mirrepe, Posto Administrativo de Aúbe, área rural:

*Pertenço a uma Associação de Mulheres orientada pela CARE. Abrimos uma área para semear amendoim (...) Agora não sei quantas somos. Na primeira hora éramos 23 e agora não sei quantas resistiram. No grupo há mulheres separadas e casadas (Ent34, 24/09/03, 2ª classe).*

Uma habitante da cidade de Angoche, numa família por si chefiada, professando a religião muçulmana e com 42 anos, fez também referência a um grupo de poupança a que pertence, intitulado PCR, Poupança e Crédito Rotativo, criado por iniciativa da CARE:

*Este Grupo tem 21 mulheres. De 2ª a 6ª feira cada cabeça tira 10.000,00MT. Temos duas malas para guardar o dinheiro. A que tem 50.000,00MT também pode deixar (guardar). Para cada quantia deixada existe um cartão. E fazemos um contrato de 6 meses ou 1 ano. Esta poupança chama-se PCR – trata-se dum projecto que saiu da CARE e depois passou para o IDPPE – Instituto de Pesca de Pequena Escala. Começou em 2001... Também participo num Grupo de Xitique que tem 11 mulheres. Cada mulher guarda 10.000,00MT de 3 em 3 dias. Quando estou à rasca peço dinheiro emprestado – 1 milhão, por exemplo – e pago depois com juro (10% de juro). Eu vou comprar peixe e levo esse peixe para Namitória e troco com mandioca. Com o lucro devolvo o empréstimo. Às vezes também posso trocar peixe com sura, carvão ou tomate (Ent70, 06/10/03, 4ª classe e Madrassa)<sup>12</sup>.*

As ASCAS (*Accumulated Savings and Credit Associations*) são associações com características mais complexas e flexíveis que a ROSCA permitindo servir melhor os seus membros e em que: i) as poupanças podem ser fixas ou variáveis; ii) não há

<sup>11</sup> Ver: <http://worldrelief.org/Page.aspx?pid=794>. Acesso a 23 de Agosto de 2009.

<sup>12</sup> A entrevistada referiu que também revende peixe. De notar que os montantes aqui referidos são hoje designados, depois da reforma da moeda Metical, 10 e 50 Meticais.

obrigatoriedade de aceder ao crédito disponível por parte de cada membro, sendo este apenas atribuído aos membros que o solicitarem; iii) muitas vezes há um fundo disponível para qualquer eventualidade, desastre, alguma forma de seguro.

Para além destas práticas endógenas que possibilitam fundos oriundos das próprias mulheres, há experiências de crédito facilitado pelo governo como o Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OILL), iniciado em 2006<sup>13</sup>.

As entrevistas realizadas a mulheres e homens que acederam ao OILL, no âmbito do projecto “Empoderamento económico da mulher”, em 2009, permitiram verificar que poucas mulheres tiveram acesso ao OILL, menos de 10%. Por outro lado muitos dos que tiveram acesso organizaram-se em associações<sup>14</sup>, a maior parte das vezes apenas para poder aceder ao OILL, sem qualquer espírito associativo o que explica que muitas tenham desaparecido uma vez conseguido o crédito.

Uma das mulheres entrevistadas no Gurué, província da Zambézia, referiu os problemas iniciais que teve de enfrentar pois o marido não via com bons olhos que se envolvesse numa associação e recebesse fundos do OILL. Mas as entrevistadas mencionam os aspectos positivos conseguidos pelo trabalho das associações e das cooperativas.

*No princípio o meu marido não queria saber do meu trabalho, dizia que não era muito lucrativo e que eu não tinha tempo para a casa. Mas eu insisti e mostrei que aquilo era mais que busca de rendimento, era o meu sonho. Agora já acredita e apoia mesmo na aquisição do material. (...) As associações criam espaço para troca de experiência, ocupar as mulheres no período pós-laboral, para o meu caso que trabalho, e ajudo a juntar rendimento para a família (Presidente da Associação Hotxecula, recebeu fundo do OILL, Gurué, Zambézia, 31/07/09).*

*Trabalhar na Associação é melhor, é rentável, porque ajudamo-nos para o pouco que conseguimos (Associação Mulheres Amigas de Maulate, recebeu fundo do OILL, Namacurra, Zambézia, 07/08/09).*

*Hoje a minha vida está melhor, os meus filhos vão todos à escola, antes estávamos mal. Em 2000 só tínhamos machamba e eu e o meu marido é que trabalhávamos, sem nenhuma ajuda. A única fonte de rendimento era a machamba. (...) A vida no distrito está a melhorar nestes últimos anos. A energia e o telefone estão a ajudar-nos a fazer muitas coisas (D<sup>a</sup>. Anita, Secretária Distrital da OMM, recebeu fundo do OILL, Chemba, 21/07/09).*

*Para sentir bem precisamos de apoio. Trabalhar com as próprias mãos não é fácil. Trabalhar em cooperativa devia ser uma ajuda (Presidentes das Associações de Chicumbua, Búzi, Sofala, recebeu fundo do OILL, 17/07/09).*

*Já estamos a devolver e vamos conseguir devolver tudo (Associação Mulheres Primeiro, Macuze, Namacurra, Zambézia, recebeu fundo do OILL, 08/08/09).*

As Associações e as actividades geradoras de rendimento endógenas, como a Poupança e Crédito Rotativo, pareceram-nos as experiências mais sustentáveis. As associadas

---

<sup>13</sup> Também conhecido por 7 milhões, o montante atribuído a cada distrito, no âmbito do processo de descentralização das finanças locais.

<sup>14</sup> Por sugestão das administrações distritais.

utilizam as suas poupanças, não havendo o receio, muitas vezes manifestado, de se ficar escravo do dinheiro de fora, os membros cumprem com os juros e as multas decididas colectivamente, verifica-se confiança e auto-estima, projectos de futuro.

De acordo com a promotora do PCR em Danga, distrito de Buzi, província de Sofala:

*O projecto de Poupança e Crédito Rotativo (PCR), na localidade de Danga, Sofala, começou em 2002. Houve uma formação em Vilankulos sob a responsabilidade do PACDIB (Projecto de Assistência de Camponeses do Distrito do Búzi), com o objectivo de formar técnicos nesta área. Foram todos os técnicos das localidades e ficaram lá durante 7 dias. Quando voltamos reunimos as senhoras e explicamos em que consistia a formação.*

*Numa primeira fase o grupo devia ser chefiado por mulheres e devia ter 30 membros. No primeiro ano foram formados dois grupos de 30 pessoas. Em 2002 poupámos 15 meticais por semana durante um ano. Em 2003 o grupo cresceu.*

*A ideia no princípio era depositarmos e as pessoas levantavam para fazer negócios e devolviam com juros de 10%. Ou seja o grupo encontra-se para fazer a poupança. Esta poupança é feita normalmente durante um ano. Então, quando chega ao fim do ano, primeiro distribui-se o dinheiro que se poupou/guardou, e depois divide-se o juro resultante dos empréstimos feitos ao longo do ano pelos membros do grupo.*

*Em 2004 mudámos a estratégia quando chegou a senhora da ADEMA (Agência de Desenvolvimento Económico de Manica). Desde 2004 temos a assistência de uma técnica contratada. A partir dessa altura passamos a depositar mensalmente e cada uma depositava o que podia. Ou seja, a ideia era que quem tivesse 100 para depositar depositava, e quem tivesse 500 também depositava e assim sucessivamente. Então no fim de um ano cada membro recebia o que depositou mais o valor dos juros. O contrato da técnica é pago pela ADEMA. A ADEMA para além de pagar o salário da técnica também nos apoia fornecendo-nos uma caixa de madeira que serve de cofre onde depositamos o dinheiro no dia da poupança e também nos fornecendo fichas através das quais fazemos o controlo do movimento do dinheiro.*

*Hoje já existem 4 grupos de Poupança e Crédito Rotativo na localidade de Danga, no Posto Administrativo de Sofala. Portanto de 2004 até à actualidade já existem em toda a localidade 120 mulheres<sup>15</sup>.*

Sobre o funcionamento do cofre, referiu:

*O grupo encontra-se no dia 17 de cada mês para fazer a poupança, e nesse dia o dinheiro não fica na caixa, é distribuído de imediato para quem precisa. Isto é, quando o grupo se encontra, logo após a poupança pergunta-se de imediato quem está a precisar de dinheiro para investir ou financiar algum negócio, ou até mesmo para suprir necessidades pessoais. Depois de identificadas as pessoas divide-se o dinheiro entre estas pessoas em função das necessidades e prioridades e desse modo esvazia-se a caixa. Portanto, cada pessoa que leva deve devolver com um juro de 10% do valor recebido. Só no mês de Novembro é que as pessoas recebem todo o dinheiro depositado ao longo dos meses.<sup>16</sup>*

Em relação às vantagens de participar no PCR, adiantou:

*Desde que se criou o PCR a vida das pessoas está a melhorar. Há uma grande diversidade de negócios: compra de peixe, sal, milho, hortícolas para a revenda. Este crédito já fez com que conseguíssemos muita coisa. Colocámos os nossos filhos na escola, comprámos mobílias e fizemos casas” ... Homem não tem pasta. (...) Estou folgada. (...) Não temos problemas com os maridos.... Há mais mulheres que querem, mas dissemos para esperar até estarem bem*

---

<sup>15</sup> Entrevista com Luisa Macane, Promotora de PCR em Danga, Posto Administrativo de Sofala, Distrito de Búzi, 18 de Julho de 2009.

<sup>16</sup> *Idem.*

organizadas”. “Vida mudou mas precisamos de mais. Gostaríamos de ter uma máquina de costura, mas as mulheres devem organizar-se em associações.”<sup>17</sup>

Estas informações foram confirmadas por um dos funcionários do Serviço Distrital de Actividades Económicas no Distrito de Búzi:

*Já foi dado um passo pois se trata de uma iniciativa local (PCR). O que se faz é promover mulheres. O objectivo é garantir o funcionamento dos grupos mesmo que a gente se retire como promotores do grupo – foram formadas promotoras para garantir o funcionamento dos grupos. Estamos a pegar as que mostraram capacidade de gestão, seriedade. (...) Há quem não queira dinheiro do OILL, porque não estamos preparados para pedir. (...) A vida melhorou, mas há problemas de violência doméstica.*<sup>18</sup>

### **Em jeito de conclusão**

As pesquisas realizadas desde os anos 90 em Moçambique são reveladoras de que as novas formas associativas e de geração de rendimentos endógenas podem ser potencialmente emancipatórias para as mulheres, permitindo-lhes o acesso, controlo e/ou partilha de recursos, a melhoria das condições materiais, a criação de condições para a auto-sustentabilidade e também o acesso a cargos de direcção, fazendo emergir saberes, conhecimentos e práticas ausentes do modelo dominante androcrático. Verificámos processos de negociação e de contestação perante a diversidade de práticas e normas, e das mudanças internas que lhes são inerentes, possibilitando-lhes a reprodução do sistema com minimização de riscos sociais. A participação das mulheres em associações sobretudo endógenas ou actividades geradoras de rendimento por si organizadas permite-lhes adquirir não apenas recursos materiais mas também recursos políticos ou sociais que lhes permitem aceder aos mecanismos que lhes garantem a continuidade do acesso aos recursos.

O desafiar do modelo dominante capitalista e androcrático aos vários níveis passa por um recurso fundamental que é a **participação política**, para além do **reconhecimento** das diferenças e **redistribuição**. Todavia, estando as mulheres geralmente excluídas do que é convencionalmente considerado ‘a política’, ficam de fora deste recurso vital, uma vez que as suas actividades ao nível doméstico não são consideradas como políticas, porque a ideologia do patriarcado subalterniza o que as mulheres pensam e fazem para dar sentido às suas vidas, às da família e da comunidade. Não basta pois aumentar a participação das mulheres na política sem a redefinir e sem democratizar os espaços ‘públicos’ onde ‘a política’ tem lugar (Tamale, 2004: 18-19). Mas é também fundamental reconhecer e valorizar as diversas formas que a participação das mulheres assume, os silenciamentos sobre os seus saberes, conhecimentos e práticas, as suas percepções e representações, devolvendo-lhes o necessário protagonismo, através de formas próprias de inteligibilidade e de tradução, que permitam resgatar a imensa

---

<sup>17</sup> *Idem.*

<sup>18</sup> Serviço Distrital de Actividades Económicas, Sector de Pesca de Pequena Escala, Búzi, 18 de Julho de 2009.



diversidade de experiências sociais, de modos de vida e de resistências por si engendrados (Santos, 2002).

É também necessário pensar as actividades geradoras de rendimento fundadas nas práticas informais de economia solidária e *xitique*, alternativas a que os pobres recorrem para o combate à pobreza, mas em que o Estado e os Bancos se eximem das suas responsabilidades, deste modo acabando por reproduzir o emprego informal e precário e em que as mulheres continuam a funcionar como almofadas para aparar os choques dos reajustes estruturais capitalistas (Elson, 1997).

## BIBLIOGRAFIA

Abreu, Alice Rangel de Paiva 1995 “America Latina. Globalización, Género y Trabajo”. In: Todaro, Rosalba, Regina Rodríguez (eds) *El Trabajo de las Mujeres en el Tiempo Global*, Isis Internacional e Centro de Estudios de la Mujer, *Ediciones de las Mujeres*, Nº 22, Santiago-Chilo, pp. 79-90.

Álvarez, Ana de Miguel 2000 “Movimiento Feminista y Redefinición de la Realidad”. In: *Mujeres en Red*.

Antrobus, Peggy 2004a *The Global Women’s Movement, Issues and Strategies*. Zed Books, Ltd, London and New York.

Antrobus, Peggy 2004b “Gender Equality in the New Millenium: Goal or Gimmick?”. In: DAWN, <http://www.dawn.org.fj/regional/docs/peggyndgpaper.doc>

Bourdieu, Pierre (1999) *A Dominação Masculina*, Celta Editora, Lisboa.

Casimiro, Isabel e Amélia Neves de Souto (2010) *Empoderamento económico da mulher, movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local*. CEA, UEM, Kapicua, Livros e Multimédia Lda, Maputo, 2011.

Casimiro, Isabel, Liazzat Bonate e Dulce Mungói 2007 “Violência Naseda no Género em Moçambique (VBG): O Caso das Províncias de Inhambane e Nampula”. CARE International. Relatório da pesquisa. Maputo, Moçambique.

Casimiro (1999) “Relações de género na família e na comunidade em Nampula”. Cruzeiro do Sul – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento, Maputo.

Chanial, Philippe e Jean-Louis Laville (2009) “Associativismo”. In: Cattani, A.D., J.L.Laville, L.I. Gaiger e P. Hespanha, *Dicionário Internacional da Outra Economia*. CES. Edições Almedina, SA, Coimbra, pp. 21-25.

Cunha, Teresa 2011 “A arte de xiticar num mundo de circunstâncias não ideais. Feminismo e descolonização das teorias económicas e contemporâneas”. In: Cunha, Teresa *et al* (org.) *Elas no norte e no sul. Artº Feminino*. Coimbra: AJP (no prelo).

Dava, Gabriel, Jan Low e Cristina Matusse 1997 “Capítulo 6: Mecanismos de ajuda mútua e redes informais de protecção social: estudo de caso das províncias de Gaza e Nampula e a cidade de Maputo”. in: *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique, 1996-1997*. In: <http://www.ifpri.org/sites/default/files/pubs/portug/pubs/books/ch6.pdf>, Acesso a 12 Abril 2011.

de Vletter, Fion (prepared by), *Microfinance in Mozambique – Achievements, Prospects and Challenges. A report of the Mozambique Microfinance Facility*, 2006. In: <http://www.gdrc.org/icm/country/microfinance-mozambique.pdf>, Acesso a 12 Abril 2011.

Cruzeiro do Sul Trust Fund 1999 “Projecto Seguimento do Programa Estratégico de Nampula” (Projecto SEGUI), Relatório Ano 1 (referente a 1998), Nampula e Maputo, Janeiro.

Elson, Diane 1997 “Gender Analysis and Economic in the Context of Africa”. In: Imam, Ayesha, Amina Mama and Fatou Sow (eds) *Engendering African Social Sciences*, CODESRIA, Dakar.

Espling, Margareta 1999 *Women’s Livelihood Strategies in Processes of Change: cases From Urban Mozambique*. School of Economics and Commercial Law, University of Göteborg.

Francisco, António e Paulo, Margarida, *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique*. Maputo: Cruzeiro do Sul, Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão, 2006.

Gomes, Xadrique, “Viver com o dinheiro dos outros”. *Jornal Verdade*, 17 de Outubro de 2008. In: [http://www.verdade.co.mz/index.php?option=com\\_content&view=article&id=241:xitiq ue&catid=43:economia&Itemid=27](http://www.verdade.co.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=241:xitiq ue&catid=43:economia&Itemid=27). Acesso em 10 Abril 2011.

Henriques, Narda (s/d) "Ciudadanas del nuevo mundo: identidades escindidas". Centro Flora Tristán, Perú.

Instituto Ecológica (2007) *Associativismo e Cooperativismo*, Palmas TO, Brasil.

Jaiantilal, Dipac (2009) “As possibilidades e impasses do desenvolvimento endógeno em África”. IIDJN- Cruzeiro do Sul. Apresentação proferida na Conferência Internacional sobre Economia Solidária, São Leopoldo, Brasil (UNISINOS), 9-11 Dezembro.

Kabber, Naila (2001) “Resources, Agency, Achievements: Reflections on the measurement of Women’s Empowerment”. In: *SIDA studies n° 3, Discussing Womens’s Empowerment - Theory and Practice*, Novum Grafiska AB, Stockholm, pp. 17-57.

Kabber, Naila (2003) *Reversed Realities – Gender Hierarchies in Development Thought*, Verso, London, New York.

Laville, J.L. (2004) “L’Association: une liberté proper à la démocratie”. In: Laville, J.L.; Sainsaulieu, R. (Ed), *Sociologie de l’association*, Paris: Desclée de Brouwer, pp. 33-71.

Léon, Victoria Sendón, 2000, “¿Que es el Feminismo de la Diferencia?” (Una visión muy personal). [victoria.sendon@nodo50.org](mailto:victoria.sendon@nodo50.org).

León, Magdalena (2001) “El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y del tercer mundos en estudios de género”. Revista de Estudios de Género *La Ventana*, Nº 13, Vol. 11, Julho, 6pp. <http://www.udq.mx/laventana/Laventana.html>. Acesso a 14/02/02.

Loforte, Ana (2000) *Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique*. Coleção Identidades. PROMÉDIA, Maputo.

Longwe, Sara Hlupekile (1990) “From Welfare to Empowerment. The Situation of Women in Development in Africa: A Post UN Women’s Decade Update and Future Directions”. WID Series Working Papers Nº 204, Michigan State University, Ann Arbor.

Magalhães, Maria, José (2007) “Entrelaços e Desenlaces nos Quotidianos Femininos de Trabalho, Família e Política”, In: Cunha, Teresa e Celina Santos (Coord.) *Artigo Feminino: Andar por outros Caminhos*, AJPaz, Santa Maria da Feira, Portugal, pp.117-127.

Martínez, Ana S., Juana M<sup>a</sup> R. MOYA e M<sup>a</sup> Ángeles D. MUÑOZ 1995 *Mujeres, Espacio y Sociedad. Hacia una Geografía del Género*, Editorial Síntesis, Madrid.

Mejia, Margarita, Conceição Osório et all 2001 *Mulher e Autarquias*, CEA, DEMEG, UEM, com o apoio da NORAD, Maputo.

Morin, Edgar (1998) *Sociologia. A Sociologia do Microsocial ao Macroplanetário*. Edição revista e aumentada pelo autor. Publicações Europa-América, Lisboa.

Mosca, João (2009), “Pobreza, economia “informal”, informalidades e desenvolvimento [em linha]”. IN: CONFERÊNCIA IESE, 2, MAPUTO. *Dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação económica em Moçambique*. Maputo: IESE, 2009. Conference Paper; Nº 34). In: [http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II\\_conf/CP34\\_2009\\_Mosca.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP34_2009_Mosca.pdf). Acesso em 30 de Maio 2011.

Negrão, José (2003). “Dívida Externa”. Artigo apresentado na 2<sup>a</sup> Conferência da Sociedade Civil Africana, Maputo, [www.iid.org.mz](http://www.iid.org.mz).

Negrão, José (1997) “Repensando as Modas do Desenvolvimento Rural”. In: Sogge, David (ed.). 1997. *Moçambique: perspectivas sobre a ajuda e o sector civil*, GOM, Amsterdam, pp. 117-133.

Osório, Conceição e Margarita Mejia (2006) “As relações sociais de poder: Um estudo nas províncias de Inhambane e Nampula”. Pesquisa realizada para a CARE International em Moçambique, Maputo, Maio, 11pp.

Reis, Maria do Céu e Eulália Temba (1995) “Desenvolvimento e Comunidade”, Maputo (mimeo).

Santos, Boaventura de Sousa 2002 “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 63, pp. 237-280, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Santos, Boaventura de Sousa (org), 2001, *Globalização, Fatalidade ou Utopia?* Porto, Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa 1995 *Toward a New Common Sense – Law, Science and politics in the Paradigmatic Transition*. Routledge, N.Y, London.

Sen, Gita e Caren GROWN 1998 *Desenvolvimento, Crise e Visões Alternativas: Perspectivas das Mulheres do Terceiro Mundo*. Co-edição Editora Espaço e Tempo e DAWN/MUDAR, Rio de Janeiro, Brasil.

Silva, Teresa Cruz e2005 *A organização dos trabalhadores do sector informal dos mercados de Maputo e sua acção na promoção de melhores condições de vida e de trabalho – O papel da Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal – ASSOTSI*. Bureau Internacional do Trabalho, Genebra. In: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/assotsi.pdf>, Acesso a 12/04/2011.

Silva, Teresa Cruz e, 2003 “As Redes de Solidariedade como Intervenientes na Resolução de Litígios: O Caso da Mafalala”. In: Santos e Trindade (orgs) *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*, Edições Afrontamento, Porto, Cap. 21, pp. 427-450.

Sogge, David (ed) (1987) *Moçambique - perspectivas sobre a ajuda e o sector civil*. Gemeenschapelijk Overleg Medefinanciering, Amsterdam.

Sogge, David (1987) "O sector civil". In: David Sogge (ed) *Moçambique - perspectivas sobre a ajuda e o sector civil*. Gemeenschapelijk Overleg Medefinanciering, Amsterdam, pp. 45-75.

Tamale, Sylvia 2004 “Gender Trauma in Africa: Enhancing Women’s Links to Resources”. In: *Gender, Economics and Entitlements in Africa*. CODESRIA Gender.

Trindade, Catarina Casimiro, 2011 “Convívio e solidariedade: Práticas de xitique em Moçambique”. In: Cunha, Teresa *et al* (org.) *Elas no norte e no sul. Artº Feminino*. Coimbra: AJP.

Trindade, Catarina (2007) “Como as instituições de micro-crédito promovem a autonomia das mulheres em Moçambique. Estudo de caso da Tchuma, cooperativa de crédito e poupança”. Dissertação de Licenciatura em Sociologia do Trabalho e do Emprego, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

WLSA 1998 *Famílias em Contextos de Mudanças em Moçambique*, DEMEG, CEA, UEM, Maputo.